



Ata nº 35

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão extraordinária com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças).

Berta Paula Brito Cruz Silva Dias (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); Filipe José Martins Relêgo (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Catarina Rodrigues dos Santos (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Júlio Miguel Guerra (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); João Paulo Avelino Pereira (PS); António Filipe Parra Martins (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – Substituído por Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada.

Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD) – Substituído por Rui Miguel Pinto Afonso Gago.

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Carlos Alberto.



Assembleia Municipal de Faro
03/11/2023

Ata nº. 35

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Álvaro Miguel Rosendo Patrício.

António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA) – Substituído por Filipe José Martins Relêgo, que após tomar posse, tomou assento na respetiva bancada.

Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por Artur Clemente Neto Viegas.

Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Catarina Rodrigues dos Santos.

Ana Lúcia Silva de Passos (PS) – Substituída por Júlio Guerra.

Susana Cristina da Silva Joaquim (PS) – Substituída por João Paulo Avelino Pereira.

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por António Filipe Parra Martins.

- Composição da Mesa: -----

Presidente: Cláudia Suzana Silva Luz.

1.º Secretário: Catarina Rodrigues dos Santos.

2.ª Secretária: Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Presidente, Rogério Conceição Bacalhau Coelho; o Vice-Presidente Paulo Santos e os Vereadores Sophie Matias; Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; Teresa Aleixo Almeida Santos; Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias; André Lara Ramos e Sandra Filipa Mateus Moreira Guerreiro Nunes Fernandes.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião, com a seguinte **ordem de trabalhos:***



- 1 – Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 399/2023/CM – Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 16.420.000€ para investimentos;
- 2 – Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 400/2023/CM – Determinação das Taxas de Derrama, IMI, IRS e da Taxa pelos Direitos de Passagem;
- 3 – Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 401/2023/CM – 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) de 2023 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados;
- 4 – Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 402/2023/CM – Obras Marítimas do Porto de Recreio de Faro – Aterro provisório. Procedimento concursal.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Vamos dar início aos trabalhos desta sessão extraordinária e o nosso primeiro ponto é apreciação e deliberação sobre o solicitado na proposta 399/2023 da Câmara Municipal - contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 16.420.000 euros para investimentos.

PONTO 1

Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 399/2023/CM – Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 16.420.000€ para investimentos.

Presidente da Câmara Municipal - Boa noite à Mesa, Exm^{os} Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, digníssimo público aqui presente.

A proposta 399 versa sobre a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo para o desenvolvimento de obras de empreitada relativamente a quatro projetos: a requalificação do Eixo Central da Baixa de Faro, que vai desde a estação de caminho de ferro até ao largo de São Francisco; a extensão portuária da Porta Nova, que vai desde o Largo de São Francisco até às Portas do Mar; o Passadiço a sul da linha de caminho de ferro, com dois pontões e duas passagens subterrâneas sobre a linha de caminho de



ferro; depois, a rotunda nas Pontes de Marchil; e a Ecovia que liga Faro a Olhão.

Este empréstimo já veio cá a autorização para consulta, foram consultadas sete instituições bancárias, que são aquelas com quem nós trabalhamos. Duas delas apresentaram proposta de spread de 1.75; depois uma outra com 1,25%; uma com 0.49; depois, duas com 0.41, e, por fim, a última com 0.33 que é a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve e que assim apresenta a melhor proposta para o empréstimo de cerca de 16 milhões 420 mil euros. É uma excelente proposta, tendo em quanto o spread aqui apresentado, de 0,33, e foi muito positivo sabermos que todos os bancos com quem trabalhamos apresentaram propostas válidas e algumas delas até com spreads muito bons também.

O que se pretende é que a Assembleia autorize a contratação deste empréstimo, nas condições já aqui definidas anteriormente antes de se lançar a consulta, e com este *spread* de 0,33, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Boa noite a todos.

O que temos aqui é a formalização de um empréstimo já aprovado, mas a pergunta que se coloca é: temos uma previsão para o plano de pagamento deste empréstimo – isto ultrapassa o mandato do senhor presidente – e em que formato terá depois este exercício financeiro para lá de um ano e meio que terá de responsabilidade na gestão destas dívidas. Muito obrigada»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Boa noite, senhora presidente de exercício, vereadores, outros membros da Assembleia Municipal e em especial também para o membro da CDU que não está aqui presente, o António Mendonça, e com votos de boa recuperação, e público presente.

Esta proposta vem associada, como foi dito também, a uma proposta anterior que votámos em julho, de alteração do Orçamento municipal com o recurso ao empréstimo bancário. O PAN vai manter o mesmo sentido de voto e manterá também o que disse na altura, que estes investimentos propostos são sem dúvida transformadores para o município, ou seja, a requalificação da Baixa de Faro, a rotunda das Pontes de Marchil, a ecovia e aquele que é o maior investimento de todos que é extensão da infraestrutura portuária da Porta



Nova. Podemos concordar com eles totalmente, parcialmente ou discordar, no entanto vamos ter de votá-los em conjunto, vieram para ser votados em conjunto, para que se possa aceder ao empréstimo bancário dos cerca 16 milhões e 500.000 euros.

Nós não estamos aqui para inviabilizar ações do executivo apenas porque sim, não é essa a nossa função, claro. Nós vamo-nos abster. Deixamos, no entanto, a reflexão e o nosso posicionamento. Os projetos são obviamente do executivo, não são do PAN; se fossem do PAN a prioridade, a fatia maior dos investimentos estruturantes, iriam para investimentos na área do ambiente, da economia verde, dos transportes públicos, da mobilidade ativa, da saúde pública a nível municipal, que também consideramos que pode ser melhor trabalhada; da eficiência energética; da renovação da rede de água e esgotos, também sei que é uma luta deste executivo que coloca, até porque é, a maior parte da responsabilidade no lado do governo. Também a adaptação às alterações climáticas e a defesa do território contra fenómenos climáticos extremos que serão cada vez mais persistentes e sentimos que ouvimos pouco falar sobre estas coisas por parte do executivo.

É um investimento grande, são mais 16 milhões de euros que vão ser pagos, salvo erro, por aquilo que percebi, em 20 anos, ou seja, é uma dívida ou uma hipoteca que vai ser deixada para os próximos executivos e também para uma nova geração de cidadãos. Haverá pessoas que ainda não nasceram hoje e que aos 18 anos poderão ainda estar a contribuir para o pagamento desta dívida – e isto também foi levantado por outros grupos municipais – de investimentos que poderiam eventualmente ser evitados e a Câmara tentasse enquadrá-los nos financiamentos do PRR.

São os ossos do ofício, é uma opção do executivo que está devidamente legitimado pela vontade das pessoas, uma vontade democrática, não vamos contrariar mas também não somos totalmente a favor e não podemos deixar de manifestar as nossas preocupações.

Vamo-nos abster e continuar atentos aos desenvolvimentos destes projetos. Obrigado.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) - «Boa noite.



Conforme foi já referido, o que nós vamos decidir aqui não é o conteúdo, ou seja, os investimentos propriamente ditos que estão em causa. Esses já foram discutidos e certamente que se nos questionassem a cada um de nós, não só os partidos, quais é que seriam os investimentos a incluir num conjunto deste tipo, todas as propostas seriam certamente diferentes. Obviamente que o executivo tomou a decisão de investir nos projetos que foram referidos, mas aqui a decisão prende-se apenas com a fase final de aprovação do investimento, um empréstimo elevado, um esforço financeiro elevado pelo município, que integra projetos estruturantes que irão transformar Faro para as próximas décadas.

Algumas notas em relação a este assunto. O município de Faro foi ao mercado, o mercado respondeu de forma muito positiva. Efetivamente, todas as instituições bancárias – sete no total – responderam positivamente e efetuaram propostas de empréstimo concretas. Isto mostra que o mercado bancário tem confiança muito elevada no município e acima de tudo confiança financeira no município ao longo dos últimos anos.

Esta situação, por exemplo, seria completamente impensável há cinco, dez ou quinze anos.

Outra nota que gostaria de mencionar e que realça a importância de podermos recorrer como município a um mercado bancário competitivo é a amplitude das propostas, que vai de um spread de 0,33 – neste caso, a proposta vencedora – a um spread de 1,75 no caso da proposta menos competitiva. A amplitude competitiva só é possível se houver um mercado competitivo não monopolista e se o referido mercado detiver confiança suficiente no requerente do empréstimo, neste caso o município de Faro.

A amplitude das propostas significa igualmente que entre a melhor e a pior proposta de empréstimo o custo de financiamento reduziu, ou é menor, na ordem de 3,1 milhões de euros ao longo do prazo total do empréstimo (não me quero equivocar, os meus cálculos foram feitos um pouco à pressa, mas andarà nesta ordem). Isto é, ao longo dos próximos anos os farenses teriam de pagar mais 3,1 milhões de euros se a única proposta fosse a menos competitiva, mencionada, por um dos concorrentes.



A capacidade de recorrer ao mercado de forma competitiva fará toda a diferença para capacitarmos o município com os necessários instrumentos de investimento e reduzir ao mesmo tempo os encargos provenientes desses mesmos investimentos para os farenses.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) - «Boa noite a todos.

Nós já aprovámos na última Assembleia Municipal este pedido de empréstimo, vamos assistir esta noite, aqui, á aceitação do contrato, de acordo com a proposta que nos é feita aqui esta noite.

Como já foi aqui dito, este é o maior empréstimo de que há memória feito pela Câmara Municipal de Faro. É de dezasseis milhões mas no final anda à volta dos 21 milhões de euros que vai suportar este empréstimo.

Não ponho aqui em causa as obras... nós defendemos, principalmente eu tenho vindo aqui a falar, principalmente a requalificação da Baixa de Faro, que vai desde a Estação até ao Largo de S. Francisco, é urgente. Tudo o que eu queria aqui dizer esta noite é que de facto, depois da crítica que foi feita durante muitos anos e face aos orçamentos da Câmara Municipal de Faro, só é possível fazer grandes obras estruturantes se nós recorrermos ou a Fundos comunitários ou então a empréstimos bancários. Isto é muito claro. E vamos, em 2025, ter uma dívida à volta dos catorze milhões no nosso município.

E isto é para dizer que nós fomos muito criticados em relação ao que o Sr. Presidente encontrou, os tais caixotes, as tais dívidas. Nunca foi muito claro, nunca foi muito objetivo, desafiei aqui para um debate sobre essa matéria, até com as pessoas que participaram, mas isso é para esquecer. Mas de vez em quando o Sr. Presidente traz-nos à memória esse passado que foi há doze anos.

Saúdo estes quatro projetos, são projetos importantes para a cidade de Faro. São projetos que podem marcar o seu mandato. O senhor já não os vai apanhar, mas podem marcar o mandato. O senhor vai ter uma obra do regime que é a ponte da praia de Faro. Essa sim, essa é que é a obra do regime em que o senhor vai ficar na memória, como uma ponte que podia custar à volta de três milhões e meio e hoje pode custar à volta de sete milhões, mas o senhor não deixa de ter a sua quota de responsabilidade ao custo que vamos ter. Mas não é isso que está em causa neste momento, o que está aqui em causa e o



partido Socialista como partido responsável já votou na última sessão este pedido, nós vamos votar a favor em relação ao pedido mas fica para uma memória futura aquilo que registamos aqui esta noite. Tenho dito.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St^a Bárbara de Nexe - «Muito boa noite.

São projetos estruturantes que nos são apresentados. São de facto, como o Presidente já aqui disse, as prioridades do executivo, que ele tem vindo a apresentar, com toda a legitimidade; outras forças políticas teriam outras prioridades, mas as regras são estas.

No entanto queríamos deixar aqui uma nota: que Faro está a crescer nas obras grandes e ao mesmo tempo teremos de anotar aqui um crescente défice de pequenas obras que dão resposta a problemas e necessidades que milhares dos nossos munícipes sentem. Crescem obras grandes para um lado e do outro, da outra face da moeda, e este ano está visível, obras pequenas e obras médias de resposta a problemas dos municípios, há esse défice.

A CDU vai-se abster neste ponto. Muito obrigado»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) - «Boa noite.

Registrar, do lado da bancada do PSD, com muita satisfação o facto de o município estar hoje em condições de ir ao mercado bancário e obter um financiamento desta magnitude a uma taxa, a um spread comercial de 0,33%.

Há quinze anos atrás isto era impossível, ponto. Hoje, felizmente, a discussão é se este empréstimo passa além do prazo de vigência do mandato deste executivo, quer dizer, isto é uma discussão ridícula, há 15 anos atrás ou há 13 anos atrás estávamos com empréstimos que ainda hoje estamos a pagar. E portanto efetivamente Isto é com muita satisfação que hoje o município obtém no mercado um financiamento de dezasseis milhões a um spread de 0,33% e penso que isso deve orgulhar os farenses, porque todos nós contribuímos para que isto acontecesse e portanto hoje é um dia feliz. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Saudações a todos.



Falar deste plano de investimento para realizar obra, para investir numa área importantíssima da cidade, como é a rotunda de Marchil na ligação com o Montenegro, essa ligação irá englobar, finalmente, a freguesia junto à cidade.

Na Baixa de Faro o plano de pormenor está mais ou menos já delineado, do eixo entre as zonas ajardinadas do jardim Belmarço até à Estação. Tem também a Marina de recreio, portanto a terceira obra também fundamental e âncora do desenvolvimento da capital do Algarve, mas – há sempre um mas – nós vamos votar a favor, naturalmente, mas não uma ferrovia que nos foi imposta. Esta decisão emanada de Lisboa, do Ministério das Infraestruturas, para gáudio até do Ministro das Infraestruturas, vangloriando-se da boa proposta que fez para o Algarve, e eu acho que é um motivo político para um debate a sério, porque não é só Faro que vai ser prejudicado, e já está prejudicado, já está feito. Esta falta de inovação, esta falta de criatividade na nova mobilidade, nós vemos crescer em dezenas de quilómetros os metropolitanos ligeiros de superfície que estão a crescer por este país todo e não se vê essa proposta, por falta da regionalização e de um debate sério que envolva as Câmaras todas, nós temos que alinhar depois com um projeto, obrigatoriamente, que foi emanado de Lisboa, é absolutista. Não havia outra solução? Quer dizer, ao fim de 120 anos só agora é que é eletrificada a linha até Vila Real de Santo António. Já devia estar feita há anos para ser desmontada agora e haver uma nova proposta de mobilidade.

E pensando, por outro lado, no Algarve, temos também uma área que vai ser devastada e está já devastada, que é a baía de Lagos e a ria respetiva.»

Presidente da Câmara Municipal - «Algumas notas sobre as considerações que aqui foram feitas.

Eu tenho para mim, convictamente, que há dois tipos de dívida, uma chamada dívida boa e uma dívida má. A dívida boa é quando nós fazemos o investimento, temos o investimento, usufruirmos do investimento e vamos pagando: eu comprei uma casa, vivo nessa casa, usufruo da casa e vou pagando. Se eu comprar uma resma de papel ou fizer uma viagem, isso certamente é bom para mim, mas se eu pedir esse dinheiro emprestado para pagar a vinte anos, numa viagem, durante os próximos vinte anos quanto



muito terei fotografias e memórias, não sobrou mais nada mais nada daquilo. Se for uma resma de papel é exatamente a mesma questão.

Esta, do meu ponto vista, é uma dívida boa. Como muita da dívida que nós ainda hoje estamos a pagar, que foi contraída nos anos 1990 para a habitação social, 2000 para não sei quantos, etc., essa é dívida boa, ponto final.

A membro Beatriz fala que vai para além do mandato... todos os empréstimos vão para além do mandato. Aqueles 10 milhões que já foram aprovados aqui, em dois empréstimos de 5 anos, um está executado, o outro ainda está para execução, vão para além do mandato. E este é evidente que sim, tal como todos os outros.

Sobre o que o membro Carlos Alberto referiu: catorze milhões vão para o próximo Executivo... Não. Quanto muito três ou quatro. E depois há de vir o executivo seguinte, ou é o mesmo, em cada mandato haverá isso. Mas acho que não vale a pena discutirmos isso, todos sabemos. E aliás nesse campo eu tenho grandes pergaminhos, paguei – paguei, salvo seja, não foi nada do meu bolso – mas este Executivo, desde 2009 com o Engº Macário, até hoje pagou muitos mais milhões do que aquilo que vai deixar para o futuro. Mas muitos, mesmo. E ressalvo que grande parte deles não era dívida boa.

Dizer que a ponte é a obra do regime, acho que todas são. E se eu ficar na história por isso acho que é uma história muito pequenina. E portanto é mais uma obra que estamos a fazer, e não tenho problema nenhum em dizer isto que vou dizer, aliás disse-o na semana passada: é um projeto que começou, salvo erro, em 2008. Não foi ideia do Bacalhau; o Bacalhau apanhou-o, lutou muito por ele, é verdade, e hoje está lá mas não foi ideia minha. Agora, estes que estão aqui foram todos ideia minha. E portanto eu tenho grande orgulho em ter feito aquilo, como fiz (fiz, salvo seja) o crematório – que também não foi ideia minha, levou doze anos para se concretizar o crematório. Para a ponte, muito mais de doze anos, e portanto são as contingências que aqui estão.

Foram prioridades nossas... tenho muito orgulho nisso e também tenho a plena convicção... e até direi: se fosse o Paulo Santos, que está aqui ao meu lado e que trabalhou nisto tanto ou mais do que eu, se fosse ele o Presidente provavelmente algumas destas obras não estariam aqui e estariam outras. Isso



é da vida e por isso é que vivemos numa democracia. ...Não vou falar dos caixotes.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) - «Era só referir que não está aqui em causa a questão da responsabilidade e da necessidade do empréstimo, mas sim... vamos lá ver: quem tem que assumir estes empréstimos não será seguramente o senhor presidente, portanto é importante que se considere o plano de pagamento rigorosamente construído, dentro do tempo estabelecido para tal, mas que tenha sustentabilidade para as gerações vindouras. São vinte anos. É essa a questão.»

Presidente da Câmara Municipal - «Queria aproveitar para dizer que não é o próximo Presidente de Câmara que vai pagar, são os farenses. E se há uma coisa de que me orgulho muito é deste empréstimo, pelas razões que o Daniel Viegas disse. As sete entidades bancárias que nós convidámos – eu sei que isto, para algumas pessoas não gostam de ouvir isto – concorreram. Isso significa, para responder à pergunta, significa que hoje temos credibilidade e que as instituições acreditam que colocando este valor, este dinheiro, à disposição do município, o município hoje tem condições para satisfazer essa dívida.

Portanto, a membro Beatriz não precisa de se preocupar, que, se nada a acontecer de extraordinário, com o sistema financeiro que o município tem consegue pagar perfeitamente este empréstimo e todos os outros.

Aliás, eu dou um exemplo: quando a Assembleia aprovou o primeiro empréstimo de 5 milhões de euros, há 4 ou 5 anos, nós tínhamos uma dívida financeira de 20 milhões; hoje já executámos esses 5 milhões e temos uma dívida financeira de 13 milhões. Portanto, executamos cinco mas pagamos sete.

E já agora, dar uma nota que me tinha esquecido. Estas quatro obras que aqui estão aqui vão arrancar com financiamento próprio do município. Nada obsta a que elas venham a ter financiamento de Fundos Europeus e que nós não precisemos disto. Aconteceu já com Bordeira; estou à espera que venha a acontecer – o Sr. Presidente da CCDR está a trabalhar nisso – com a EB1 da Afonso III que vai arrancar com o empréstimo bancário que foi aqui aprovado, e muito provavelmente terá financiamento de fundos próprios, aliás na próxima



quinta-feira a AMAL vai discutir isso. E portanto, destes 16 milhões que aqui estão até poderá acontecer que a gente só vá executar 15, 14, 13... aquilo que for.

Mas, em todo o caso, o município tem condições para pagar estes 16 milhões. A prova disso é que os bancos acreditam nisso.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) - «Boa noite a todos.

Eu estou um bocadinho azeda, Sr. Presidente, vai-me perdoar. Hoje estou particularmente azeda. Sinto-me doente, estou mal disposta, particularmente! E francamente não consigo compreender tanto louvor a um presidente que é presidente desta Câmara há dez anos e que só agora, passados dez anos, consegue dizer que vai fazer alguma coisa para aquilo que foi eleito. Estamos aqui, falamos de investimento; muito bem Sr. Presidente, faça investimento, foi para isso que os votaram em si!

Vamos lá perceber uma coisa: quem se candidata a uma Câmara, um Executivo que se candidata a uma Câmara, ou um Governo que se candidata a um país, candidata-se com que objetivo? Não é melhorar a vida dos farenses? Não é melhorar a vida da sua população?

Então vamos lá perceber, finalmente o Sr. Presidente, passados dez anos, faz investimento. E não me venha com essa conversa, que é uma conversa que é recorrente, essa “cassete” da dívida boa, da dívida má, da boa gestão, da má gestão, ai, ai...! O mágico da contas... Sr. Presidente, caso ninguém aqui se lembre, eu recordo que, em 2009, uma das Câmaras mais ricas deste país – Loulé – recorreu ao PAEL, que é para percebermos o que é que aconteceu em 2009 no nosso país. No mundo!

Portanto, essa coisa dos caixotes que de vez em quando fala entredentes e que depois não diz o Presidente o que quer dizer não vá ferir suscetibilidades... Sr. Presidente, tenha agora coragem, Sr. Presidente, faltam-lhe dois anos já não lhe acontece nada, pode dizer o que quiser! Acabou. Daqui a dois anos estamos em contagem decrescente, Sr. Presidente, pode dizer o que entender.

O que eu não compreendo é “que felicidade” em agora conseguir fazer um empréstimo! Sempre se conseguiu fazer empréstimos. A questão era quanto é que se pagava por esses empréstimos, Sr. Presidente. Mas isso não aconteceu



só com a Câmara, aconteceu com todas as famílias em Portugal, que não conseguiam aceder a empréstimos, que não conseguiam comprar casas... foi um período difícil da história do país, do mundo, Sr. Presidente.

Portanto, esse discurso de vítima, passados catorze anos, é uma coisa que cansa! Cansa porque é repetitivo. Repetitivo, porque depois quando o Sr. Presidente se repete, nós temos de nos repetir também. E isto é chato para quem nos vê. É chato para quem assiste.

O que eu gostava de ouvir do Sr. Presidente é que vai efetivamente fazer uma boa gestão dos dinheiros desta Câmara, que é, por exemplo, ir buscar o dinheiro ao Fundo europeu, ao PRR. Volto a repetir, Sr. Presidente, a ecovia do litoral já foi feita em Olhão, com fundos europeus.

Eu acho que inacreditável como é que é capaz de estarmos aqui todos a sorrir uns para os outros a dizer que vamos fazer investimento, mas depois ninguém vê o quão mal tratadas estão aquelas Portas do Mar... o Arco do Repouso, já alguém parou para olhar para o Arco do Repouso, já alguém viu o Arco do Repouso todo a descascar?! E alguém me vem dizer que há brio nesta cidade?!

Se houvesse um bocadinho mais de investimento naquilo que nós já temos e provavelmente a cidade de Faro estaria melhor.

Se temos orgulho nestes investimentos? Oh Sr. Presidente, faça os investimentos. Por isso é que nós os vamos aprovar. Faça-os. Faça-os para não dizer que não foi por nós que não os fez. Mas faça-os, de uma vez por todas!»

Presidente da Câmara Municipal - «Muito obrigado. Se estiver mesmo mal disposta eu tenho ali qualquer coisa para isso. Já disse que estava muito azeda e tudo isso, mas...

Só para dar aqui algumas notas. Não foi em 2009 que Loulé foi ao PAEL. O PAEL é de 2012. E também foi a Câmara de Albufeira, mas por outras razões.

E quando diz que sempre se conseguiu empréstimos, o município de Faro foi em 2012 a um empréstimo de quarenta e cinco milhões, consultou todas as entidades que trabalhavam connosco e apenas o Montepio apresentou proposta para dois milhões e meio. Portanto não é verdade que sempre se conseguiu empréstimo. Já agora, também não é verdade que se consegue sempre empréstimo.



Por último, não vou aqui dizer coisas que já disse, é chover no molhado, é só para dar nota que o Arco do Repouso é privado, o Arco do Repouso não é do município. Já foi notificado para reparar o que lá está.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) – «Oh Sr. Presidente, por favor, fale-nos com seriedade. Seja sério e não dê argumentos *para boi dormir*. Não faça conversas da Carochinha! O Sr. Presidente está mesmo a tentar dizer-me que o contexto económico que vivemos entre 2009 e 2014/2015 é igual ao contexto económico que temos agora, Sr. Presidente? É disso que o Sr. Presidente está a querer convencer? Nem a Iniciativa Liberal faria tamanho comentário! E quando eu digo a Iniciativa Liberal não é por mal, é por bem, porque é a favor da liberalização do mercado e essas coisas, por isso é que eu estou a dizer, e estou a dizer a bem.

Portanto seja sério quando me apresenta argumentos! Diz-me que consultou todas as entidades em dois mil e tal, *e troca o passo*, que é quase no início do século, porque agora já vamos em 2023, e apenas o Montepio apresentou. Sr. Presidente, seja sério, o que aconteceu naquela fase de crise económica, a nível mundial, sem precedentes quase, chamada a crise do *subprime*, não tem nada a ver com o contexto económico que temos hoje em dia, por isso é que é um argumento que não é sério nem é válido. Muito obrigada.»

Presidente da Câmara Municipal - «Eu, se insultei a membro Tatiana peço desculpa, mas agradeço que não me insulte. Essa coisa de dizer que não é sério... Não, desculpe, agora estou eu a falar.

Mas qual contexto! Mas isto tem alguma coisa a ver com contexto?? A única coisa que tem a ver era com a situação da Câmara! Qual contexto?

Ouçá: eu tenho noventa famílias a quem foi atribuído casa, mais de metade delas não conseguem ir à banca buscar dinheiro – qual contexto?! – hoje, dos custos controlados. A semana passada faltava contactar doze famílias dos noventa suplentes. Ou seja, em cento e oitenta, se tirarmos essas doze, eu não consegui atribuir as casas todas. E agora vêm-me dizer que hoje... Para já, eu não falei disso, só estava a falar da situação da Câmara. A situação da Câmara hoje tem crédito em toda a banca; em 2012 não tinha! E isto não tem nada a



ver com contexto da crise ou menos crise. Tem a ver com nós não conseguirmos pagar aquilo que devíamos em 2012.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) - «Vou ser muito rápida.

Eu não lhe disse a si que não era sério, disse que os seus argumentos não são sérios. Então desculpe se as minhas palavras foram proferidas dessa maneira, o que eu queria dizer é que os seus argumentos não são sérios. Não é a mesma coisa, Sr. Presidente! Perdoar-me-á, mas não são sérios! E mantenho a minha. Se quiser, depois peça para retirar da ata e apresente queixa contra mim por difamação, se acha que isto é alguma difamação ou alguma injúria. Estou-lhe a dizer que não considero os seus argumentos sérios. Vemos os Estados Unidos a cair mas, ai não, Faro tem que ficar bem!

Portanto, Sr. Presidente, por favor, não acho um argumento sério.»

*Não havendo mais intervenções, **passou-se à votação** da Proposta n.º 399/2023/CM – Contratação de empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 16.420.000€ para investimentos;*

Votos contra - 00 (zero)

Abstenções – 04 (02 CDU, 01 PAN e 01 BE)

Votos a favor – 26 (10PS, 10PSD, 02CDS, 01MPT, 01PPM, 01IL, 01Chega)

Aprovado por maioria absoluta.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, com o seguinte texto:

“DELIBERAÇÃO

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 399/2023/CM – Contratação de Empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 16.420.000€ para investimentos**, conforme apresentado no ofício n.º 9326, de 26/10/2023, e respetiva documentação de suporte.

Assim, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e ainda de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de



fevereiro, na sua redação atual, bem como na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º daquele diploma, **foi submetido à aprovação da Assembleia Municipal:**

1. A autorização para a Câmara Municipal contrair empréstimo para a realização dos investimentos a realizar no concelho, em conformidade com a consulta feita à banca e patenteada no anexo III, que é parte integrante da presente proposta;
2. A autorização para a contratação deste empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve CRL, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise constante do anexo III, até ao montante de 16.420.000,00€, com a taxa de juro indexada à média da Euribor a 12 meses, no mês anterior ao da prestação, acrescida de spread de 0,33%, isenta de comissões por liquidação total ou amortizações parciais antecipadas, comissões de gestão e abertura de processo, estudo e montagem, análise ou outro;
3. A aprovação da minuta do contrato de empréstimo, nos termos e condições constantes dos documentos em anexo V à presente proposta e que dela fazem parte integrante, bem como os encargos plurianuais que constam do "Plano Financeiro";
4. A aprovação de abertura de conta bancária na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve CRL, para a realização de todas as operações inerentes à contratação do empréstimo;
5. A aprovação dos encargos e a assunção dos compromissos plurianuais das empreitadas, de acordo, com a seguinte programação financeira:

INVESTIMENTO	GOP	VALOR	2023	2024	2025
Requalificação do Eixo Central da Baixa de Faro, estimado em 3.300.000€, (três milhões e trezentos mil euros)	2023/42.1	3 300 000,00	500,00	330 000,00	2 969 500,00
Extensão da Infraestrutura Portuária na Porta Nova, estimado em 8.500.000€ (oito milhões e quinhentos mil euros)	2023/42.2	8 500 000,00	500,00	850 000,00	7 649 500,00
Rotunda nas Pontes de Marchil, estimado em 2.400.000€ (dois milhões e quatrocentos mil euros)	2023/42.3	2 400 000,00	500,00	240 000,00	2 159 500,00
Ecovia do litoral na ligação Faro-Olhão, estimado em 2.220.000€ (dois milhões duzentos e vinte mil euros)	2023/42.4	2 220 000,00	500,00	222 000,00	1 997 500,00
	Total	16 420 000,00	2 000,00	1 642 000,00	14 776 000,00

Após a discussão, foi este assunto posto à votação, obtendo-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções								02	01	01	04
Favor	10	02	01	01	01	01	10				26



A Proposta n.º 399/2023/CM – Contratação de Empréstimo bancário de médio e longo prazo, foi aprovada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.”

PONTO N.º. 2

Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 400/2023/CM – Determinação das Taxas de Derrama, IMI, IRS e da Taxa pelos Direitos de Passagem.

Presidente da Câmara Municipal - «A proposta 400 versa sobre os impostos municipais para 2024, naquilo que nos é dado a faculdade de decidir. E nesse campo a proposta que vem à Assembleia e que já foi à reunião de Câmara é uma redução dos impostos municipais.

Na Derrama já há três anos, salvo erro, que tínhamos isenção para o volume de negócios até 150 mil euros, houve um ano, salvo erro em 2021 que, por nós não termos um regulamento, a isenção não foi bem uma isenção, foi 0,01, porque não podíamos atribuir zero, mas a intenção era essa. Para a Derrama sempre mantivemos 1.5, que era o máximo, para um volume de negócios superior a 150 mil euros. Aqui entendemos que devíamos dar um sinal neste sentido e baixar para 1,35.

Se pensarmos em termos de valores do ano passado, isto pode traduzir-se numa redução dos trezentos/quatrocentos mil euros. É evidente que aqui é apenas uma projeção porque se o lucro das empresas for superior este valor representa menos, mas até pode para nós não representar menos de receita, porque se tivermos mais valor coletável podemos até ter mais. Se os lucros forem inferiores isto pode representar menos. E portanto, quando digo 300/400 mil euros, pode ser menos, em função do valor coletável, mas queremos dar esse sinal.

Depois, para o IMI tínhamos 0,35, salvo erro. O IMI varia entre 0,3 e 0,45. Já tivemos 0,5 na altura em que foi obrigatório e que chegava a 0.5. aqui estamos a deixar do lado dos proprietários entre novecentos e um milhão de euros, pelas contas que nós estamos a fazer.

Portanto, com estas reduções, andaremos ali perto do milhão e quatrocentos mil euros de menos receita que iremos ter no próximo ano.



Para o IRS mantemos o valor.

Para as taxas pelos direitos de passagem também este valor, exatamente o mesmo.

Entendemos que esta redução de um milhão e quatrocentos, à volta disso, é uma redução que nos permite de alguma forma continuar com o mesmo nível de investimento.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) - «Apenas um ponto de ordem à Mesa, perguntando se podemos votar cada taxa em separado, Sr^a. Presidente?»

O membro da AM, Filipe Relêgo (Chega) - «Boa noite a todos os presentes.

Há aqui uma ressalva a fazer na questão do IMI. Nós somos contra o IMI, é um imposto absurdo e injusto. Contudo, considerando a atual situação, com um custo de vida elevadíssimo, rendas desajustadas perante os salários que existem, o crédito à habitação e respetivas taxas de juro elevadíssimas, cujo peso no orçamento familiar é cada vez maior e uma carga fiscal imposta pelo governo socialista que castiga os portugueses e os municípios com a maior carga fiscal de sempre, parece-me que existe aqui hombridade por parte da Câmara Municipal de levar em conta o contexto e baixar o IMI. Nesse sentido, não somos de todo apologistas do IMI, como já disse e reitero, mas considerando o contexto atual acho que me parece justo para os municípios a questão do da baixa deste imposto.

Todavia, cremos que também há aqui espaço para baixar para o mínimo possível, já que não se consegue abolir. Fica aqui a nota e nesse sentido vamos acompanhar a proposta apresentada pelo Executivo.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – As dificuldades económicos dos nossos concidadãos, dos cidadãos farenses, em resultado do aumento da inflação e do aumento dos juros, potenciados pela guerra decorrente da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e agora a guerra do Médio Oriente, justifica que também no município de Faro se baixem os impostos, seguindo a anunciada redução de impostos do orçamento de Estado para 2024 e também reclamada pelo PSD a nível nacional.



Em Faro, defendemos que a taxa de participação do IRS dos munícipes farenses baixe de 5 para 4%. Esta é uma proposta responsável que acompanha a tendência seguida em outros municípios do Algarve e em todo o país. Veja-se, a título de exemplo, o município de Lisboa: o Presidente Carlos Moedas reduzirá, em 2024, a taxa de participação para 0,5, depois ter reduzido em 2023 para 1,5 a taxa de participação dos trabalhadores residentes no concelho de Lisboa. Perguntar-se-á: em Faro somos menos portugueses que em Lisboa? Ou do que em Braga? Ou do que em Leiria? Poderia aqui citar inúmeros exemplos, pois são mesmo muitos, os municípios que já têm uma taxa de IRS reduzida.

E essa imagem que aqui vos trago, caros membros da Assembleia Municipal, Srs. membros do Executivo, mostra que nos últimos dez anos os impostos retidos pelo município de Faro, em termos de IRS, quase duplicaram passando de 2 milhões 850 mil euros para mais de 5 milhões de euros, um aumento superior de 81%. Também o anuário financeiro das autarquias locais, edição da Ordem dos Contabilistas, publicado no passado mês de setembro, refere que as receitas dos municípios com impostos, só em 2022, cresceram mais do que 10%. Com ponderação, porque queremos um município com solidez financeira, propusemos pois a redução de 1% da taxa de participação de IRS, ou seja, os munícipes farenses pagariam menos 1 milhão e 34 mil euros de IRS – isto, dados de 2023.

O ano passado, os vereadores do PS propuseram a redução da taxa do IMI. Na altura, o executivo recusou, e este ano já propôs a redução da taxa do IMI. Veremos, pois, se no próximo ano a proposta do Executivo PSD/CDS será baixar o IMI para 0,3 e para a taxa mínima e se para o ano avançarão com uma proposta de redução do IRS que hoje rejeitam. Obrigado.»

O membro da AM, António Martins (CDU) - «Boa noite a todos.

A bancada da CDU considera importante a reflexão em torno dos impostos municipais por aquilo que significam como receita para o município, mas também, pelo outro lado, pelo esforço que os munícipes fazem para o seu pagamento.

É preciso, sobretudo, que a cobrança de impostos seja o mais justa possível, e é por isso que em cada um dos impostos que estamos aqui a votar a CDU tem



uma reflexão de vários anos, para quem já está nesta assembleia também há algum tempo conhece certamente as posições que temos tido nos anos anteriores, que não é diferente daquela que vamos ter agora.

Assumindo que vamos votar separado, a CDU acompanhará a proposta do executivo. Também temos em conta que a proposta é responsável, porque havendo a redução em vários dos impostos, certamente foi feita a devida ponderação para que a redução de impostos cobrados não ponha em causa no fundo as obrigações que o município tem, sobretudo para com os munícipes.

Mas estava a dizer que acompanharemos as propostas. No caso do IMI, considerando que é importante esta redução, e ficamos aqui com a informação de que representará cerca de 1 milhão de euros que o município deixará de dispor, temos aqui uma questão (que também não é deste ano) que é a proposta em relação ao número de filhos e a influência que isto tem no imposto cobrado. Consideramos que esta, de facto, não é uma questão de justiça porque no fundo a melhor forma de tornar a cobrança dos impostos justa é associá-la ao rendimento da família, e o número de filhos não é um critério social, porque no fundo uma família com boa condição financeira terá exatamente a mesma redução do que uma com a condição financeira mais baixa. Neste sentido, vamo-nos abster em relação ao IMI e aprovaremos as restantes propostas.»

O membro da AM, Rui Gago (PSD) – «Boa noite a todos.

Vou só fazer aqui duas considerações muito breves.

A primeira: pegando no número que o Presidente da Câmara Municipal anunciou como descida das receitas tributárias do município em situação de constância nas restantes variáveis de 1.4 milhões, se compararmos isso com as receitas médias anuais do município estamos a falar de sensivelmente 2% da receita do município que é devolvida ou não cobrada aos munícipes, uma queda de impostos de 2% das receitas do município. Ponto.

Se formos falar do orçamento de estado da nação, que foi aqui levantado pelos meus colegas do Partido Socialista, e se formos (eu estou a ver isto num artigo do Eco de 10 de outubro deste ano) se formos a uma tabela 9 de projeções de receita e despesa das administrações públicas, temos várias números e um



desses números diz “carga fiscal em percentagem do PIB” – e atenção que o PIB é previsto que cresça – carga fiscal em percentagem do PIB: 2023 37.2%; 2024 38%. Tanto quando sei, 38 é mais que 37.2 e como tal não me parece correto dizer que os impostos descem em Portugal nos próximos anos. Obrigado.»

O membro da AM, Álvaro Patrício (CDS) – «A todos muito boa noite.

O grupo parlamentar do CDS/PP regista a sensibilidade de cariz social do executivo no contexto em que os custos com a habitação atingem valores nunca antes vislumbrados, num momento em que as economias familiares vivem numa asfixia exacerbada devido a circunstâncias de elevada inflação e elevadas taxas de juro, que teimam em complicar o dia a dia dos cidadãos e cidadãs de Faro.

A descida de 3.5 para 3.2 no IMI, prevista para o exercício de 2024, visa capacitar os cidadãos cujos patrimónios imóveis estão edificados nos territórios do concelho de Faro, de um acréscimo financeiro aos seus rendimentos, sendo um contributo local para um alívio na carga fiscal a que os farenses estão sujeitos. Falo de uma perna de receita na ordem de um milhão de euros que o município deixa de receber, um milhão de euros que permanece na propriedade dos munícipes, um milhão de euros destinados a uma ajuda orientada aos farenses que honram as suas responsabilidades fiscais, a bem de todos.

Em relação às empresas, refiro o permanente apoio do município ao desenvolvimento económico do tecido empresarial em exercício nos territórios do concelho de Faro. Para o exercício económico de 2024, o CDS/PP regista com agrado o apoio determinado pelo executivo ao assumir a isenção de pagamento das taxas de derrama às instituições empresariais sediadas e que operam no concelho de Faro, cujo exercício registre um volume de negócios inferior aos 150 mil euros, no âmbito de incentivos ao investimento, bem como o pagamento de uma taxa de derrama de 1,35 para as restantes empresas. São cerca de 400 mil euros que o Executivo poderá não receber, são receitas que o município abdica de receber em prol da atividade económica, beneficiando os capitais das empresas, na expectativa de uma melhoria da saúde empresarial em exercício no nosso Município.



O grupo parlamentar do CDS/PP congratula o executivo por estas medidas fiscais com impacto económico positivo e vai acompanhar a proposta 400/2023, consciente de que esta proposta visa apoiar as PME's bem como o auxílio às famílias, suavizando o impacto fiscal nos seus orçamentos. Muito obrigado.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) - «Só gostaria de dizer que aprecio, de facto, o empenho na redução da carga fiscal aqui demonstrada pelo PS Faro, que demonstra o reconhecimento de que a carga fiscal sobre a população é, de facto, excessiva. E espero que se o PS de Faro voltar a ser executivo algum dia, volte a demonstrar este ímpeto que tem demonstrado aqui acerca deste assunto. Porque o problema, muitas vezes, é que aquilo que o PS promete, poucas vezes é cumprido. Já aqui foi referido o exemplo nacional, em que PS se orgulha da redução do IRS deste ano - e bem - o problema é se formos realmente ler o orçamento de Estado e ler os quadros, verificamos que a redução para o próximo ano, de IRS, a nível nacional é de 0,4% - está literalmente no orçamento de Estado. É uma enormidade... E pelo meio, aumentou todos os impostos, alguns de forma absolutamente brutal, ISP 13%, IVA 8%, ISP 5%, imposto sobre o tabaco 14,7%, IAVA 37%, IUC 20% e enfim, podemos continuar porque são todos os outros, só referi aqueles que são mais relevantes, que têm uma subida mais relevante.

Em qualquer caso, eu concordo que uma descida da comparticipação do IRS seria desejável e que deve ser de facto um objetivo político de curto prazo. Até considero que neste caso já poderíamos ter ido um pouco mais além.

Todavia, o executivo optou por uma redução do IMI, bem como a Derrama. São obviamente opções políticas, no entanto, mais do que a incidência específica do imposto, importa olhar para o peso da sua redução. Conforme já foi aqui, aliás, referido pelo PS, o impacto da descida de um ponto percentual no IRS é de cerca de um milhão de euros, a proposta do executivo visa uma redução de cerca de 1,4 milhões de euros, por isso até é superior àquilo que foi exigido na anterior Assembleia Municipal por parte do PS.

Independentemente das comparações, a verdade é que a redução significativa da carga fiscal é compromisso da Iniciativa Liberal, e que exigimos que seja contínua ao longo dos próximos anos, seja ele qual for o Executivo.



Até à presente redução da carga fiscal, o orçamento da Câmara Municipal de Faro registava cerca de 6,7 milhões de euros em receitas reduzidas, isto é. impostos que conseguimos reduzir ou abolir. Evidentemente não é possível efetuar uma redução tão significativa em apenas um ano, seria totalmente irresponsável, sem colocar em causa a capacidade de investimento ou até a cobertura das despesas do município. No entanto, a médio prazo, é possível adaptar as estruturas do município, aumentar as qualidades de serviço e reduzir, de facto, esta carga fiscal para os farenses. O objetivo é simples: reduzir, ao longo dos próximos cinco anos, a carga fiscal em 1,4 milhões de euros por ano, que é exatamente aquilo que estamos a reduzir este ano.

Desta forma, ao fim de cinco anos, conseguimos reduzir a comparticipação do IRS e reduzir ou até abolir a Derrama no município de Faro antes do final do próximo mandato. É um objetivo razoável e exequível, não é utópico e certamente que se houver concordância política conseguiremos fazê-lo. Isto é um compromisso da Iniciativa Liberal para Faro e para os farenses ao longo dos próximos anos. Uma reforma estrutural que capacite o município de cobrar o mínimo de impostos com o máximo de serviços e capacidade de investimentos e não apenas uma correção da carga fiscal conjuntural.

Aproveito para lançar um desafio idêntico ao PS que está empenhado neste caso nas reduções, bem como o PSD ou os restantes Partidos, para saber se podemos igualmente contar com o vosso compromisso ao longo dos próximos cinco anos para reduzir a carga fiscal municipal para o IVA mais baixo que a lei nos permite e garantir uma carga fiscal mínima para Faro e para os farenses. Muito obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr.^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício e demais membros.

Eu compreendo que exista aqui a tentativa de quando falamos de impostos de fazer a colagem com o aspeto nacional e até compreendo que a direita fique bastante nervosa quando discute este assunto do Orçamento de Estado, eu compreendo!

Porque à esquerda eu admito que Partidos como o Bloco de Esquerda, o PCP, venham dizer que o Governo não devia estar a trabalhar neste Orçamento de Estado para ter superavit, e que em vez de termos um superavit o que



deveríamos ter era mais políticas sociais, mais apoio às famílias e eu compreendo esse discurso da esquerda. Agora a direita eu sinto que estão completamente perdidos a discutir o Orçamento de Estado e o tema dos impostos! Ou vocês não veem à entrada das cidades, Faro então tem nas três entradas outdoors do PSD a dizer que é preciso baixar os impostos? Não? Sejam sérios com os nossos argumentos!

O PSD tinha uma proposta de reduzir o IRS de 1.2 milhões de euros. Era a proposta que o Líder do PSD Luís Montenegro apresentou. O PS concretiza neste Orçamento de Estado para 2024 uma redução de 1.6 milhões de euros em IRS. O PSD defendia reduzir 1.2, o PS vai reduzir 1.6 e ficam um bocadinho amarrados a esta discussão e têm dificuldade em fazê-la.

Mas com toda a franqueza, aqui na Assembleia Municipal de Faro eu quero discutir os impostos em Faro e questão que se coloca é que com um aumento em dez anos de quase para o dobro, não é mais 0,7 nem mais 5 vírgula qualquer coisa, é 81% de aumento da receita angariada com o IRS. A questão que nós temos que colocar enquanto membros da Assembleia Municipal é se o município tem ou não tem condições para baixar os impostos sobre as famílias, é sobre isso que eu gostava de ouvir os membros a pronunciarem-se nesta reunião. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr.^a Presidente em exercício, muito obrigado. Senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, estimado público.

Penso que era importante fazer aqui um contexto de aclaração relativamente a um tema que se discutiu ainda há pouco, porque de facto a crise do *subprime* não foi em 2012, a crise do *subprime* começou em julho de 2007 com a falência de duas agências de crédito americanas o Fannie Mae e o Freddie Mac e depois em 2008 com a falência do Lehman Brothers. Portanto, em 2012 aquilo que tínhamos era o pós Sócrates e portanto esse é que era o problema que nós tínhamos em Portugal.

Entrando neste ponto da ordem de trabalhos, é importante perceber que provavelmente, o Partido Socialista temos que lhe agradecer tanto tempo que andou aqui nesta Assembleia a pedir que nós reduzíssemos o IMI e de facto penso que é um dia de satisfação para o Partido Socialista, é um dia de



satisfação para os farenses que talvez irão pagar menos IMI no ano que vem. Eu digo talvez e já vou explicar porquê. Porque efetivamente o executivo vai baixar a Taxa do IMI para o ano que vem e penso que isso é positivo para todos, para aqueles que são proprietários e que alguns entendem pouca justiça deste imposto. Eu considero que o IMI é o condomínio municipal e acho que faz algum sentido que nós entregarmos uma comparticipação pelo desgaste que a propriedade de um imóvel tem sempre inerente nos equipamentos municipais. Antigamente chamava-se contribuição autárquica e era por algum motivo, era efetivamente mais explícito relativamente aos fins a que se deve destinar.

Mas se olharmos este documento, isto é o relatório do Orçamento de Estado para 2024, para além das considerações que o membro Daniel Viegas já fez e de facto atalho de foice o IRS vai reduzir setenta e seis milhões de euros, obviamente que vai reduzir para alguns e vai aumentar para outros. Isto, são dados do Ministério das Finanças da proposta do Orçamento de Estado, o IRS vai baixar setenta e seis milhões de euros 10,4% como o Daniel Viegas referiu. Porque de resto a carga fiscal no seu todo, na proposta de Orçamento de Estado para 2024, vai subir dois mil setecentos e sessenta e seis milhões e oitocentos mil euros, é quanto os portugueses vão pagar a mais em 2024, isto é irrefutável, é o relatório da proposta do Orçamento de Estado, está aqui, são dados do Ministério das Finanças.

Mas o que eu estava a dizer é que este mesmo documento tem cá dentro qualquer coisa de muito interessante também, que está a passar muito despercebido às pessoas. É que algures mais à frente nas receitas da Administração Local, está-se a prever um aumento para o país todo, da receita de IMI de 3%! E eu pergunto: como é que o país vai entregar mais 3% de IMI? Bem, a resposta é simples e foi dada pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que com o maior desplante deste mundo, nos veio anunciar sem que tivesse sido contrariado pelo Ministro das Finanças ou pelo Primeiro-Ministro que o valor patrimonial das casas vai aumentar. Portanto nós arriscamo-nos a estar de facto a baixar a taxa de IMI para 2024 no município de Faro, mas os farenses muito provavelmente vão pagar ainda mais IMI do que aquele que pagaria se o Governo não fosse mexer no valor patrimonial das casas. E essa é que é a má notícia aqui associada que ninguém quer falar. Portanto Sr. Presidente da Câmara, lamento mas o esforço que vai fazer este



ano de baixar de 3,5% para 3,2% o IMI depois provavelmente vai ser comido com o aumento do valor patrimonial das casas que o Governo Socialista se propõe à descarada fazer no próximo ano e com um argumento tão simples quanto isto: ah os valores patrimoniais estão muito baixos face ao valor de mercado das casas! Ah que engraçado, o mesmo valor de mercado das casas que andamos todos a criticar que está elevadíssimo, o mesmo valor de mercado das casas que nós andamos a dizer que está completamente inflacionado. O Governo diz: ah, o valor patrimonial das casas está muito baixo relativamente ao valor de mercado e então temos que aumentar!

E porque é que de repente o Governo quer aumentar a receita dos municípios com o IMI? A resposta também é muito simples. É que nesta mesma proposta de Orçamento de Estado está cá um aumento de 3,7% no adicional ao IMI! Que é a receita do Estado, não é a receita dos municípios.

E portanto o que o Governo quer efetivamente é receber mais 18,7% milhões de euros que estão aqui propostos nesta proposta de Orçamento de Estado para 2024, porque vai aumentar o valor patrimonial das casas, vai cobrar mais IMI e vai cobrar mais adicional ao IMI. E portanto lamento imenso mas esta boa notícia que temos para dar hoje aos farenses, provavelmente vai ser comida assim que o PS aprovar esta política de aumento do valor patrimonial das casas.

De resto, Sr. Presidente, penso que esta proposta é equilibradíssima, teoricamente são boas notícias para todos, traz-nos na linha que vem sendo feito nos últimos mandatos uma consolidação das constas municipais e uma redução efetiva dos impostos cobrados aos farenses. Muito obrigado.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal em exercício, volto a colocar a minha questão. O município de Faro tem condições para reduzir o IRS às famílias ou não? É porque não respondem a essa questão e vão falar do Orçamento de Estado e do Governo, e foi buscar outra vez a história do subprime. Vamos lá então ser sérios na nossa discussão.

Toda a gente aqui sabe ou devia saber, que em 2005 a situação financeira da Câmara era bastante difícil. Toda a gente aqui sabe ou devia saber que a FAGAR como foi constituída, foi uma forma de contornar o endividamento



excessivo da Câmara. Talvez o Sr. Presidente da Câmara saiba que já em 2006 na altura o Sr. Vice-Presidente da Câmara Augusto Miranda, entendia que a Câmara de Faro não devia ter entrado para saneamento financeiro, com o impacto nefasto que isso teria na paragem das obras da cidade e demais.

Nós hoje aprovamos aqui um empréstimo de dezasseis milhões de euros. Vocês sabem quanto é que era a dívida do mercado em 2005 quando o PS chegou à Câmara? Dezasseis milhões de euros! E o mercado estava parado, a obra não avançava e tínhamos dezasseis milhões de dívida, que

é o empréstimo que hoje estamos a fazer para quatro obras. Na altura estavam dezasseis milhões de dívida e a obra não existia!

Mas repito, hoje o importante, em vez de estarmos a fazer história e discutir 2005 e 2009 que já passaram vinte e quinze anos, é saber se para 2024 há ou não há condições para devolver 1% do IRS às famílias farenses. Essa é que é a grande questão que ninguém responde. Se calhar a melhor resposta devemos entendê-la como vocês são contra em baixar o IRS às famílias.

Porque mesmo nos momentos de reequilíbrio financeiro, embora discordando da solução apresentada, o PS sempre fez parte da solução, sempre colocou em primeiro lugar o interesse dos cidadãos farenses e o município de Faro. E é em nome desse interesse que entendemos haver condições para baixar o IRS e para reduzir ao mínimo a taxa do IMI.

E já agora Sr. Presidente, ainda hoje estive na Loja do Cidadão e muito bem, é uma obra de que o PS se orgulha bastante. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – Obrigado, Sr^a. Presidente. Eu não queria, de facto, intervir nesta matéria, mas depois de ouvir uma rábula feita aqui pelo Tiago Botelho, eu tenho que lhe dizer: isso não corresponde nada àquilo que você está a dizer. Vamos acordar e vou-lhe dar a resposta quando o Orçamento do Estado for aprovado. Isso é uma conversa que foi feita, mas nada disso consta no Orçamento do Estado. E fico por aqui. Fico por aqui! Eu tenho aqui também um site, e não é nada disso. Eu não estou aqui a discutir consigo o Orçamento do Estado, até porque você é um homem licenciado em económicas, portanto não discuto isso consigo, mas que isso não é verdade,



não é verdade! Depois, mais tarde, vai-me desmentir quando o Orçamento do Estado for aprovado. – Sr.^a Presidente, desculpe este diálogo.

Sr. Presidente, a questão está aqui, é que de facto a Câmara de Faro tem subido desde 2013 até agora, até 2020, recebeu um aumento de impostos diretos mais de 10 milhões de euros. Em relação ao IMI, concordo e subscrevo e estou de acordo que baixa. Até porque o senhor tem previsto, para este ano, à volta de 11 milhões de IMI. Mas a tendência que se tem vindo a verificar nos últimos anos, em 2026 já estará à volta dos 12 a 13 milhões. É aquilo que está previsto nas grandes opções do plano é o crescimento do IMI. E vamos falar sobre isso no futuro, no próximo Orçamento que o Sr. Presidente vai apresentar, onde vai apresentar as Grandes Opções do Plano, a gente vai verificar que há uma subida.

A questão que está aqui é em relação ao IRS. O senhor, para o Orçamento para 2023 tinha previsto 5 milhões 170 mil euros. Isto aqui é uma questão ideológica. Agora, digo que isto é uma questão ideológica, porque o valor do IRS, menos de 1% que o senhor recebe do Estado, é insignificante. É insignificante. Este é que era um sinal que é a questão ideológica que o senhor tem em si que é a favor daqueles mais desfavorecidos, que é que a classe que recebe o ordenado mínimo não é contemplado, mas as pessoas, os reformados e os pensionistas, que recebem mais que o ordenado mínimo, são contemplados. E sabe quando é que isto representa? Afinal não é nada, são quinhentos e tal mil euros...

(Então, já aumentou...)

Já foi aqui referido pelo meu colega, para o ano... como isto é uma proposta do Partido Socialista, o senhor, só por teimosia, não aprovou. Mas, para o ano, o senhor cá está em relação a esta matéria. Para o ano, o senhor vai, de facto, vai verificar.

E isso podia ser compensado com a taxa turística, que o senhor tem previsto à volta de 900 mil euros, e vai receber este ano, à volta de um milhão e tal. Milhão. Milhão, já viu? Já aqui, era uma compensação – e isto é para a gente discutir mais tarde. A taxa turística tem um objetivo, tem um sentido. E está a ser cumprido esse sentido, esse objetivo da taxa turística, Sr. Presidente?



Fico por aqui, nós temos tempo para discutir este assunto, quando for a questão do Orçamento de Estado, esta noite é a questão das taxas. Tenho dito.»

Presidente da Câmara Municipal - «Eu, sobre o que o membro Guilherme Portada referiu, fico muito satisfeito que vá buscar municípios do PSD, mas vem-me à cabeça “faz o que eu digo, não faças o que eu faço”, porque aquilo que o membro Tiago Botelho disse é a pura da verdade, aquilo é um documento oficial, não é um documento do partido. Já agora, dar aqui uma nota. O IUC, temos uma polémica danada. O Governo, teoricamente, não sei o que é que vai acontecer, vai aumentar o IUC. Para os municípios 40 milhões vão desaparecer. 40 milhões. Ainda hoje, a minha presidente da ANMP vem dizer isso. 40 milhões são retirados aos municípios, porque, dependendo da classe do IUC, há uma classe que acho que era a A, que 100% era para o município, o Governo vai ficar com 30%.

Na classe B isso já acontecia. São 40 milhões a menos para nós. E portanto, nem vou comentar mais nada sobre isso.

O que se disse do valor patrimonial, é evidente que uma redução é sempre uma redução, porque, se o valor patrimonial aumentar, se a gente tivesse um 1.35, mais ainda era... Mas isso pode não se traduzir nada para as pessoas, mas sobre isso ninguém diz nada. Aliás, eu fico muito – nem sei qualificar – porque a gente discute aqui os impostos municípios, que, na maioria dos casos, representam uma coisinha assim para as famílias. Olhe, para quem tiver uma casa de 200 mil euros, veja quanto é que vai reduzir, 20 euros ou 30 – por ano – mais do que isso vai pagar de IRS por mês. Mas ninguém discute isto.

Reduzir o IRS... eu pedia a todos os partidos que tivessem muito cuidado com o tipo de política que fazem, porque vêm aí as eleições. Eu, estou deste lado, já fui três vezes, já me chega. Mas vêm aí as eleições. E com o discurso que eu vejo aqui, estou mesmo a ver: o PS vai para eleições, 0% de IRS! A derrama 0%! Sabe quanto é que isso custa? 8 milhões de euros.

Eu... Olhe, mais uma coisa que eu vou ficar na história: é o IMI. Eu fui acusado em duas eleições, mais uma outra, de ter o IMI, de roubar o IMI, de fazer tudo nas eleições... Mas, eu no outro dia fui ver, até ao 25 de abril, salvo erro, a Câmara de Faro teve sempre o IMI a 0,4. Nunca baixou o IMI. A Câmara de Faro, com os ececuticos que cá estiveram do PS, do PSD, do que for, com os



eleitos na Assembleia Municipal, teve sempre o IMI a 0,4. O primeiro que baixou o IMI, chama-se Rogério Bacalhau.

Não, não, eu propus 0,4, 0,45, 0,5. Todos vocês se lembram disso e dizem. E eu digo, é o que me convém, fui o único que baixou o IMI. E se Deu dizer, se as coisas para o ano – não vou dizer que vou, hã – se as coisas para o ano correrem bem... Porque que é que estou a fazer isto? Não é por causa da taxa turística. Sabem porquê? É que nós tivemos (e vou dizer isto de propósito, para a membro Tatiana ficar ainda mais azeda) tivemos, o ano passado, o melhor IMT de sempre: 16 milhões de euros. No ano anterior, 10,5. No ano anterior, 8. No ano anterior, 7,5. No ano anterior, 8. E nos outros, 3, 4. Nunca tivemos mais do que isto. É por isso que vou baixar isto. Mas tenho também, e é isto que eu queria pedir aqui a todos, isto que aqui está é minha responsabilidade. Eu não vou baixar o IRS este ano. Para o ano? Logo que se verá. Há de vir aqui outra proposta. Daqui a dois anos já não é a minha. Para o ano de se verá. Agora, o que eu pedia, porque estas coisas não podem ser feitas no calor eleitoral, para se ganhar mais um voto, é que os partidos não... Ou então, façam-no com consciência. Se os partidos quiserem, algum partido quiser, apresentar-se a eleições em 2025 a dizer, “vamos baixar o IRS”, pode fazer, depois cumpram-no. Mas depois não venha dizer que não tem dinheiro para investimento e que a culpa foi do presidente Bacalhau. Não é.

Bom, e portanto, só queria dizer que estas coisas têm que ser feitas com muito cuidado e não no calor de ganhar o voto.

Já agora, dizer que o Mercado em 2006 tinha quantos? Dezasseis milhões. Em 2009 tinha quanto? Posso dizer é que hoje tem oito milhões.

Bom, mas eu estava a terminar, estava convencido que tinha feito isto na sequência daquilo que o Governo esta a fazer, que é baixar impostos. Mas, afinal, tenho os membros aqui da direita que me mostraram o contrário, se eu soubesse disso, se calhar não tinha feito esta proposta. Muito obrigado.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) - «Eu só queria dizer uma coisinha ao membro Tiago Botelho, que é muito rápida, que teve a simpatia de me ensinar que foi a crise do subprime e quando é que ocorreu, e a que propósito, queria-lhe dizer, porque não disse no seu discurso, que o facto



de a dívida pública norte-americana ter ultrapassado os 103% do PIB em 2012 foi culpa do José Sócrates. Muito obrigada, Sr^a Presidente.

*Não havendo mais intervenções, **passou-se à votação**, ponto a ponto, da Proposta n.º 400/2023/CM – Determinação das Taxas de Derrama, IMI, IRS e da Taxa pelos Direitos de Passagem.*

Taxa de Derrama – resultado da votação

Votos contra – 00; Abstenções – 09 (PS); **Votos a favor – 21** (01 PS Presidente União Freguesias Conceição/Estoi; 02 CDU; 01 PAN; 01 Bloco de Esquerda; 01 Iniciativa Liberal; 01 Chega; 01 MPT; 01 PPM; 02 CDS; e 10 PSD).

Foi aprovado por maioria.

IMI – resultado da votação

Votos contra – 01 (Bloco de Esquerda); **Abstenções – 02** (CDU); **Votos a favor – 27** (10 PS; 10 PSD; 01 Iniciativa Liberal; 01 Chega; 01 PPM; 01 MPT; 02 CDS; 01 PAN).

Foi aprovado por maioria.

IRS – resultado da votação

Votos contra – 10 (09 PS; 01 Bloco de Esquerda); **Abstenções – 01** (PAN); **Votos a favor – 19** (01 PS, 10 PSD, 02 CDU, 10 PSD, 01 MPT, 01 Iniciativa Liberal, 01 PPM, 02 CDS, 01 Chega)

Foi aprovado por maioria.

Taxa pelos Direitos de Passagem - resultado da votação

Votos contra – 00, Abstenções – 00, votos a favor - 30.

Foi aprovado por unanimidade.

Texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 400/2023/CM – Determinação das Taxas de Derrama, IMI, IRS e da Taxa pelos Direitos de Passagem**, conforme apresentado no ofício nº 9427, de 31/10/2023, designadamente:



1- Aplicar para o ano de 2024 e de acordo com o artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

- Isentar a taxa de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), gerado no Município de Faro, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000€;
- Taxa normal de derrama de 1,35% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) gerado no Município de Faro, para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000€.

2- Aplicar para o ano de 2024 as seguintes taxas para o Imposto Municipal sobre Imóveis:

- Prédios rústicos: 0,8%
- Prédios urbanos: 0,32%
- Redução de taxa, nos termos previstos no artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, para os prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais.....	70

- 3 - Aplicar para o ano de 2024 a taxa de participação variável no IRS, de acordo com o artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em 5%;
- 4 - Aprovar para o ano de 2024, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos do artigo 169.º da Lei n.º 16/2022 de 16 de agosto, na sua redação atual, em 0,25%.

Posto este assunto à votação, ponto a ponto, obteve-se o seguinte resultado:

Ponto 1

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções							09				09
Favor	10	02	01	01	01	01	01	02	01	01	21



Ponto 2

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra									01		01
Abstenções								02			02
Favor	10	02	01	01	01	01	10			01	27

Ponto 3

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra							09		01		10
Abstenções										01	01
Favor	10	02	01	01	01	01	01	02			19

Ponto 4

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											00
Abstenções											00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	01	30

A Proposta nº 400/2023/CM foi aprovada, tendo os pontos 1, 2 e 3 da referida proposta sido aprovados por maioria e o ponto 4 aprovado por unanimidade.”

Ponto 3

Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 401/2023/CM – 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) de 2023 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados.

Presidente da Câmara Municipal - «A proposta 401/2023/CM é uma revisão ao orçamento do Teatro, que tendo em conta algumas rubricas onde houve mais receita, alugueres de espaço, serviços culturais, bilhéticas, foi preciso adequar, ao fim ao cabo, o orçamento para receber essas mesmas receitas. E nesse sentido o que está aqui é adequar o orçamento a essa situação. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) - «Boa noite. Dizer o seguinte, esta já é a segunda revisão orçamental do Teatro. E temos aqui uma alteração das atividades mais relevantes das GOP “Cachets e Espetáculos”. A questão é a seguinte: quando nós alteramos as GOP, significa que houve uma mudança profunda da direção e dos objetivos estabelecidos no orçamento inicial. E a pergunta é precisamente essa: qual foi a alteração ou que direção nova estamos a assumir aqui, que objetivos novos para que esta GOP em específico, Cachets e Espetáculos, seja alterada? Não sei se tem relação com os espetáculos dos quais eu pude usufruir na Baixa de Faro, muito apelativos e interessantes. Muito obrigada.»



Presidente da Assembleia, em exercício - «De momento a Mesa não regista mais nenhum pedido intervenção. Portanto, penso que o senhor Presidente quer responder.»

Presidente da Câmara Municipal - «É só para esclarecer que o Conselho de Administração é exatamente o mesmo há vários mandatos, o diretor também, o que houve foi uma receita, tendo em conta que houve mais espetáculos, houve mais utentes. Para além da Rede Portuguesa de Teatros, de que nós neste momento fazemos parte e que dá uma receita, salvo erro, de 200 mil euros por ano, mas isso está previsto. As GOP não são novas, a única questão que aí está é o valor que lá está que teve que ser adequado. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) - «Só dizer que o que está escrito na proposta faz referência, é verdade, que a GOP ainda se mantém, mas que se prevê alteração desta em específico. Naturalmente, acontecerá, digo eu.

Dizer então o seguinte: esta segunda alteração orçamental, portanto, é regular pelo que pude perceber. Veremos então. Muito obrigado.»

Presidente da Câmara Municipal - «Salvo o erro, o ano passado fizemos também uma revisão nesta altura, e há dois anos também, é regulado.

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação do ponto 3, tendo sido **aprovado por unanimidade.**

Texto da deliberação:

“DELIBERAÇÃO

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **Proposta n.º 401/2023/CM – 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (GOP) de 2023 do Teatro Municipal de Faro – Serviços Municipalizados** conforme apresentado no ofício nº 9426, de 31/10/2023.

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra											
Abstenções											
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02	01	01	30

A Proposta n.º 401/2023/CM foi aprovada por unanimidade.”



PONTO 4

Apreciação e deliberação sobre o solicitado na Proposta n.º 402/2023/CM – Obras Marítimas do Porto de Recreio de Faro – Aterro provisório. Procedimento concursal.

Presidente da Câmara Municipal – «Esta proposta é uma alteração ao orçamento, uma repartição de encargos nas GOP's referentes a essa intervenção do Porto da Recreio de Faro, cujo projeto está concluído com os pareceres devidos de todas as entidades e é nossa intenção, agora, fazer um estudo económico, preparar um concurso para concessionar a construção e a exploração deste Porto de Recreio. Sendo concessão, a seu tempo virá aqui à Assembleia Municipal para autorizarem ou não essa mesma concessão, mas o projeto foi dividido em duas fases. Uma primeira fase que é este aterro, só, e a segunda fase é a concessão toda do Porto de Recreio, que, como disse, a opção não é que seja feita pelo município, mas que seja concessionado a quem ganhar o concurso, é evidente.

Porquê isto? Nós temos uma declaração de impacto ambiental da CAPE que extingue-se em dezembro de 2024 e portanto é urgente iniciar a obra. A partir do momento em que se inicia a obra não há extinção da declaração, ela mantém-se em funcionamento, ativa, e quando se for fazer o Porto de Recreio aquilo que lá está tem que ser cumprido. E daí que se tenha preparado o projeto em duas fases, uma que é apenas este aterro e a outra tudo. Porquê? Este aterro está orçamentado em cerca de 780 mil euros e portanto, sendo aprovada esta proposta, durante este mês poderemos lançar o concurso para o aterro. O concurso levará seis, sete meses, aquilo que for obrigatório, e poderemos iniciar esta obra no verão que vem. Iniciando a obra, a declaração mantém-se válida e daí que, parecendo estranho isto que estamos a fazer, mas é ao fim ao cabo contornar esta situação do expirar da declaração.

E portanto o que se pretende aqui é que assembleia aprove esta repartição de encargos para nós podermos lançar já e depois efetuar este aterro. Esta primeira fase da obra.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «Muito obrigada.

O Bloco de Esquerda vê esta obra com elevada preocupação. A Ria Formosa é um ecossistema marinho importante que desempenha um papel crucial na absorção do carbono. As pradarias e sapais da Ria Formosa representam cerca



de 30% do volume de carbono azul que está a ser sequestrado pelos ecossistemas marinhos em Portugal. Portanto, qualquer alteração neste ecossistema, como a criação de um aterro, afetará a sua capacidade.

Além disso, e como todos sabemos, a Ria Formosa é lar de uma variedade de espécies de vida selvagem. Qualquer alteração no ecossistema, como a criação de um aterro, afetará essas espécies.

Sabemos que foram realizados estudos de impacto ambiental, mas a nossa questão ao executivo é: esses estudos contemplam a criação de um aterro provisório que ficará, sabe-se lá quantos anos, à espera da conclusão do Porto de Recreio até aparecer um promotor. O município quer avançar com o aterro provisório, sem avançar com o cronograma para a execução total da obra.

Essa espera de 3, 5, 10 anos ou mais, até à sua concessão terá um elevado impacto negativo na Ria Formosa, na cidade de Faro e nos Farenses. O Bloco de Esquerda votará contra. Obrigada.»

O membro da AM, Tatiana Homem de Gouveia (PS) - «Reitero os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, finalmente, desde 2009 à espera! E depois: *sim, bla, bla, bla, e a vítima, e ai, corre tudo mal! E não havia dinheiro para isto, não havia dinheiro para aquilo, só havia dinheiro para o F, só havia dinheiro para as rotundas...* Mas para isto é que não. Finalmente, Sr. Presidente, a primeira fase arranca, depois de a cidade aqui ao nosso lado entrar na segunda fase de expansão, a primeira fase para fazer aqui um aterrozinho vai arrancar em 2024. Ainda bem. Pela parte da bancada do Partido Socialista, evidentemente votaremos a favor. A requalificação da nossa frente ribeirinha é um dos pontos que consideramos mais importante e, como tal, não podíamos deixar de acompanhar a sua proposta, até porque temos a noção do que é que implicaria se nada fosse feito até dezembro de 2024.

E como não queremos continuar a que a cidade não se desenvolva, porque consideramos que esta obra pode ser um incremento, ou é mesmo um incremento importantíssimo para o desenvolvimento do concelho de Faro, votaremos a favor e damos-lhes parabéns por, finalmente, em 2024 fazer alguma coisa desde que está aprovada, desde 2009. Muito obrigada.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) - «Sr^a. Presidente, em exercício, queria dividir a intervenção em duas partes. Primeiro com algumas questões,



no sentido de tentar perceber quem é que vai terminar esta obra, se foram feitos alguns acordos com particulares para a concretizar.

Também, não sendo executivo a terminar a obra, como aqui ficou claro, como se justifica alocar dinheiro público (são mais de 700 mil euros) a esta obra.

Quanto tempo, após o aterro, poderão esperar os farenses pela conclusão do projeto, que será faseado, a conclusão deste projeto?

E quando se prevê que seja concluída a obra na sua totalidade?

Para já seria isto.»

O membro da AM, Vitor Cantinho (PPM) – «Obrigada, Sr^a. Presidente.

Em relação a esta proposta, relativa às obras da Marina de Recreio de Faro, o Aterro provisório, lembrar que o Porto de Faro e o acesso foi conquistado também à Ria, e foi uma área também importante, como foi também o Mercado de Olhão, o Jardim de Olhão, tudo isso foi conquistado à Ria, e há *n* casos em Lagos, toda a zona ribeirinha de Portimão, é sempre uma conquista do homem da bordadura entre as rias ou os rios e as cidades. Isso é positivo. Penso que, no contexto da área imensa que é a Ria Formosa, é apenas um quilómetro quadrado, digamos assim, sensivelmente.

Deveria ter em conta também, nesta zona a existência dos armazéns da CP, junto à área ribeirinha, e esta devia envolver também a Estação Ferroviária, incluindo o próprio Traçado da Ferrovia. Eu continuo a bater-me pelo obsoleto Traçado da Via, já tem 125 anos, foi inaugurado no tempo no Rei Dom Carlos, e hoje há outro tipo de transportes muito mais ecológicos, verdadeiramente. E onde se irá, nesta área, processar um movimento de terras razoável, e temos de ter em conta esse traço que vai existir e vai prejudicar de certa forma a cidade. Por onde é que ele vai entrar?

Por isto, eu estou a lembrar-me da nossa proposta, do PPM, da Alameda. Tem que ser também uma conquista a toda a bordadura, tal como foi a linha férrea, foi conquistada à Ria Formosa. Não existia aquela ponte que existe agora na Doca. Ficou, finalmente, totalmente encerrada, portanto nunca poderá entrar um veleiro na Doca de Faro. Ficou totalmente vedada, a CP teve o poder na mão, e não devia ter tido o poder na mão. Uma infraestrutura tão importante não pode ter poder sobre uma cidade, sobre o desenvolvimento turístico, que este projeto vai ser importante. Esta Marina de Faro vai projetar e vai, naturalmente, surgir um novo hotel. Não tenham dúvidas. É o Hotel Eva, é o



Hotel Faro. São poucas das unidades que a cidade tem.

Vejam o que acontece em Olhão. É impressionante o desenvolvimento. Atenção, Sr. Presidente. Eu penso que o Presidente do Olhão vai ser um próximo putativo candidato a Faro. Já ouvi falar nisto. Isto é importante a gente estar com atenção aos jogos políticos e aos blocos que se organizam dentro do PS também.

Falar da importância do Plano de Pormenor. Esta área toda tem que ser pensada com vários arquitetos, com várias propostas, com nomes consagrados, mas não do sistema. Nós não queremos arquitetos do sistema republicano, há outros arquitetos. Há muitos outros arquitetos, há arquitetos estrangeiros, que podem aparecer de repente com ideias novas, com planos de mobilidade que já fizeram nos seus países. E nós podemos investir com o nosso dinheiro e ganhar com isso. Não com dinheiro vindo só da CE. Sabe Deus de onde? Eu já ouvi dizer que as centrais de dessalinização de água são oferecidas. Desconfiemos disto da água destilada. Nós não temos para fazer a indústria da água destilada.

O plano de promenor iria concluir a necessidade de uma alteração drástica quanto à localização da ferrovia neste sítio. Eu não estou a ver o alfa pendular a passar entre a cidade e a marina. Vocês já imaginaram? O alfa pendular vem de Vila Real de Santo António a todo o gás, atravessa Faro... Isto é uma coisa impossível. Como é que isto foi parar a cabeça do Ministro das Infraestruturas ou dos Ministros das Infraestruturas que se dão como grandes obreiros do futuro?

E portanto, estou-me a bater também por uma infraestrutura necessária não só para Faro e para o sotavento Algarvio, mas também para o Barlavento. Eu já disse aqui nesta sala que a Fortaleza de Sagres tem 600 mil visitantes. Nem imaginam a quantidade de camionetas que existem à porta da relíquia paisagística que é a Fortaleza de Sagres ou o seu enquadramento geográfico.

Vou já terminar. Porque é que não se faz uma rede de metropolitano de superfície sem catenárias? É que já há projetos sem catenárias, não há necessidade de catenárias. São pequenos objetos, metropolitanos ligeiros de superfície são um quarto de um comboio normal com duas carruagens que existem por aí.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite a todos.



Gostava só de dar uma palavra de satisfação pelo facto de se ter, enfim, iniciado um projeto que já se vê há muitos anos e que é uma aspiração muito antiga dos farenses, e que, efetivamente, agora se vê com a possibilidade de se concretizar uma primeira fase. Eu imagino que o projeto já esteja executado, existe uma licença ambiental, e efetivamente o que será necessário fazer é o estudo económico para tornar possível a construção e depois a exploração da doca exterior, no fundo do porto e da doca exterior, e que também tem uma parte, penso eu, associado aos pescadores, parece-me a mim, há uma área lateral. Está dentro do mesmo projeto, pelo menos que me recorde.

Eu, de facto, acho que isto foi um percurso muito longo. Efetivamente, acho que podíamos ter reagido um pouco mais cedo, mas o que é certo é que, de facto, há aqui uma forma de nós conseguirmos ainda assim concretizar um projeto e não o deixar em alternativa. Iríamos, efetivamente, perder para sempre uma infraestrutura que necessariamente desenvolve a cidade como uma cidade náutica, e, em termos ambientais, também não me parece assim tão prejudicial, porque efetivamente controla a navegação. Isto é preciso, não sei se estão... enfim, é preciso ter em conta que, atualmente, a proliferação de barcos e outras embarcações pela ria toda, é uma fonte de poluição constante e até algum perigo para a navegação. E o facto de se controlar num espaço mais curto, em que houvesse regras na sua... enfim, no estacionamento dos barcos, poderá contribuir também para controlar um pouco o excesso de carga da própria ria com o estacionamento de barcos. E era só isto, obrigada.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «Eu quero esclarecer que o BE não é contra a requalificação da Frente Ribeirinha. É sim contra este aterro provisório. São coisas diferentes. Obrigada.»

Presidente da Câmara Municipal - «Sobre o que disse o membro Vitor Cantinho, queria só dizer que, se não fosse a linha de caminho de ferro, provavelmente não teríamos doca. Não teríamos Largo de São Francisco. Não teríamos Escola Joaquim Magalhães. Por aí fora.

Para quem tiver dúvidas, quando a maré estiver cheia, vá, por exemplo, ali à rua junto à Joaquim Magalhães e vai ver que a porta da Joaquim Mgalhães tem uma cota, para aí um metro se não for mais, inferior ao nível da água. E, portanto, se temos a cidade que temos e a baixa que temos, à CP, quando decidiu fazer isto, podemos agradecer.



É verdade que nós não passamos lá para o outro lado. E por isso é que muita gente advoga tirar dali a linha e fazer uma barreira no meio do concelho, dividir a meio o concelho. Este projeto que estamos aqui a implementar, tem em vista, neste caso, passar por baixo da linha, para ir para o outro lado.

Quando se prevê concluir? Eu gostava ainda no meu mandato de lançar o concurso e ainda assinar um contrato. Se isso for possível, é provável que no próximo mandato as coisas estejam concluídas. Se tudo correr bem, se conseguirmos fazer o concurso, se tivermos concorrente, e isso tudo. Estamos a falar de uma obra de dezenas de milhões de euros.

Só para terminar, dizer que fico muito satisfeito, porque a membro Tatiana já não está azeda, até me deu os parabéns, mas vai ficar azeda agora.

Havia dinheiro para o F... O F é uma dor de cotovél danada... Não, não, pronto, já ficou azeda!

É só para dizer que, embora isto só se veja agora, quer dizer, nem se vai ver agora, este projeto foi contratado em 2017. Eu sei que há muita gente que se candidata e diz que faz tudo no primeiro ano e no segundo, e no mandato. Estas obras levam muito tempo. E, portanto, por isso é que estamos agora a aparecer com obras grandes, porque eles foram começados a fazer projetos anteriormente. Os projetos que eu estou a fazer agora vão ficar para o meu sucessor. Muito obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «Muito obrigado, Sr^a Presidente, para a minha intervenção final.

Esta é a proposta da bandeira do PSD e também do PS para estas eleições autárquicas, as do atual mandato, a que o PAN, desde o início, se opôs. Por isso, penso também que a Assembleia Municipal já deve saber como é que vamos votar esta proposta. Vamos votar contra.

É uma linha vermelha para o PAN em Faro. Existem demasiados impactos negativos associados a esta obra, mesmo que ela tenha sido ligeiramente reduzida a partir do projeto original. São as emissões dos gases de efeito estufa para a atmosfera, a destruição da pradaria marinha. É mais uma grande intervenção humana no ecossistema, que dificulta o seu equilíbrio natural e regeneração. E é, a nosso ver, mais uma forma de promover o aumento do número de embarcações marítimas no Parque Natural, no sentido de potenciar a vertente económica do Parque, quando temos a noção que em muitos



períodos do ano, a capacidade de carga da Ria é excedida. Não é apenas Faro que quer fazer portos de recreios e marinas. É a moda atual. Isso não vai reduzir o número de barcos na Ria, nem o número de carga da Ria, vai aumentar, obviamente.

Eu penso que o executivo tem consciência deste efeito ambiental negativo. Também, por isso, pretende dar início à construção, basicamente para não perder os direitos adquiridos da atual DCAP, a decisão sobre a conformidade ambiental do projeto, a viabilidade está a terminar, mas, assim, desta forma, já não vai caducar. A gente começa a obra e agora fica o tempo que ficar, sejam os dois anos, sejam os três anos, sejam os quatro anos, sejam os dez anos, sejam os vinte anos, sejam os trinta anos, o que for.

Já alertámos aqui que esta DCAP é baseada em conhecimento científico com algum tempo. O nosso conhecimento sobre a Ria, ao dia de hoje, é muito maior. Há novos estudos, há novas evidências, novas conclusões sobre as dinâmicas do ecossistema, e os desafios que a Ria formosa enfrenta hoje não são os mesmos de há 10 ou 15 anos. E no entender do PAN Faro, para podermos fazer esta obra em consciência, precisaríamos sempre, no mínimo dos mínimos, de uma nova avaliação de impacto ambiental. E se para o executivo é mesmo fundamental fazer um porto de recreio, até pelas razões aqui enunciadas pela membro Teresa Correia, de forma a regular o tráfego e o estacionamento das embarcações, então, sugiro que seja estudada a opção do atual porto comercial, uma área que já foi dragada e, portanto, poderá ser à partida uma opção muito mais adequada.

Se estamos mesmo preocupados com a Ria Formosa, devemos alinhar as nossas ações com esse desígnio, porque a nossa coerência manifesta-se nas decisões que tomamos, e para o PAN em Faro, esta é uma péssima decisão que vai em sentido contrário aos desafios do nosso tempo e, como referi, vamos votar contra.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada, a Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção, portanto, passamos à votação.

Resultado da votação:

Votos contra – 02 (01PAN, 01BE)

Abstenções – 00



Votos a favor– 28 (10PSD, 02CDS, 01CH, 01IL, 01MPT, 01PPM, 10PS, 02CDU)

Texto da deliberação

“DELIBERAÇÃO

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, apreciou e votou o solicitado na **“Proposta n.º 402/2023/CM – Obras Marítimas do Porto de Recreio de Faro – Aterro provisório. Procedimento concursal”**, conforme apresentado no ofício nº 9429, de 31/10/2023, ou seja, a autorização prévia da Assembleia Municipal, da assunção do compromisso plurianual da empreitada "Obras Marítimas do Porto de Recreio de Faro – Aterro Provisório", de acordo com a seguinte repartição de encargos:

- 2023 — 500€
- 2024 — 749.408€

Posto este assunto à votação, obteve-se o seguinte resultado:

	PSD	CDS	CH	IL	MPT	PPM	PS	CDU	BE	PAN	Total
Contra									01	01	02
Abstenções											00
Favor	10	02	01	01	01	01	10	02			28

A Proposta n.º 402/2023/CM foi aprovada por maioria.”

Esgotada a ordem de trabalhos e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa, em exercício, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada.

A Presidente da Assembleia Municipal, em exercício

Pl' O Primeiro Secretário

Pl' O Segundo Secretário